
V CBE0 - Curitiba



V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS
Curitiba-PR - Brasil

ACUMULAÇÃO DE CAPITAL: BANCOS, INDÚSTRIAS, FINANÇAS E TECNOLOGIA

THAIS DE SOUZA CORREA NETTO (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA) -

thaisscnetto@hotmail.com

Mestranda Direito e Inovação, Graduada em Direito e Graduanda em Administração Pública

ACUMULAÇÃO DE CAPITAL: BANCOS, INDÚSTRIAS, FINANÇAS E TECNOLOGIA

Thaís de Souza Corrêa Netto
Universidade Federal de Juiz de Fora
thaiscnetto@hotmail.com

Resumo

Este artigo objetiva analisar a formação dos bancos, o processo de acumulação capitalista e a sua relação com a industrialização, bem como, os desdobramentos desse processo, que ultrapassam os aspectos econômicos e atingem, a organização social, a política, a cultura e a vida das pessoas e a forma com que elas se relacionam no Brasil. Destaca-se que serão analisadas, em especial, algumas inovações tecnológicas aplicadas às finanças. Para compreender a dinâmica desse processo e os seus desdobramentos, faz-se necessário estudar a origem do sistema bancário e do Banco Central no mundo, o modo de produção capitalista, os ciclos industriais, as ondas e as Revoluções Tecnológicas. A hipótese deste artigo é que há aproximação entre os bancos, a indústria e as finanças e que, esta, ao aliar-se com a tecnologia vem produzindo uma série de transformações na organização do trabalho e no funcionamento dos bancos.

Palavras-chave: Acumulação de capital; Banco Central; Indústria; Finanças; Tecnologia.

Abstract

This article aims to analyze the formation of the banks, the process of capitalist accumulation and its relation to industrialization, as well as the unfolding of this process, which go beyond economic aspects and affect social organization, politics, culture and life of people and the way in which they relate in Brazil. It should be noted that in particular some technological innovations applied to finance will be analyzed. In order to understand the dynamics of this process and its consequences, it is necessary to study the origin of the banking system and the Central Bank in the world, the capitalist mode of production, industrial cycles, waves and Technological Revolutions. The hypothesis of this article is that there is an approximation between the banks, the industry and the finances and that this, when allying with the technology has been producing a series of transformations in the organization of the work and the operation of the banks.

Keywords: Accumulation of capital; Central bank; Industry; Finance; Technology.

Introdução

Objetiva-se realizar uma análise, ainda que breve, partindo da criação do primeiro Banco Central no mundo até alcançar o ano de 2018, em que foi aprovada no Brasil, pelo Conselho Monetário Nacional, do Banco Central, a Resolução n. 4.656 de 2018, que estabelece a criação de dois novos tipos de instituições financeiras: as sociedades de empréstimos entre pessoas e as sociedades de crédito direto. Nas sociedades de empréstimos entre pessoas poderão atuar Fintechs - Startups que unem tecnologia com finanças - que não necessitam da intermediação de um banco para conceder crédito. Resta saber como essa Resolução afetará na dinâmica dos bancos e na relação dos mesmos com as pessoas e com o capital.

Antes de adentrar no estudo dos bancos, faz-se necessário entender alguns pontos cruciais com relação ao dinheiro, a divisão de trabalho, ao modo de produção capitalista e a acumulação de capital. Para tanto, será analisada a abordagem de Marx com o intuito de compreender a lógica do capital.

Segundo Marx (2011, p. 80) o dinheiro existiu historicamente, antes da existência do capital, dos bancos e do trabalho assalariado. Apesar de também terem existido outras formas de sociedade muito desenvolvidas, embora historicamente imaturas, em que eram verificadas as mais elevadas formas da economia, como a cooperação e a divisão do trabalho desenvolvida, sem que houvesse qualquer tipo de dinheiro.

Em se tratando da origem histórica dos bancos centrais e do capital bancário a exposição partirá da apreciação de artigo do economista Corazza e da consulta às páginas institucionais de bancos brasileiros – BACEN e BB. Sem deixar de incluir neste artigo alguns pontos pertinentes que foram abordados por Marx sobre os bancos.

Segundo Corazza (2001, p. 2), o primeiro Banco Central foi criado em 1694 na Inglaterra e seu desenvolvimento tornou-se modelo para os demais países. Em 1800 foi criado o Banco da França; em 1882, o do Japão; em 1893, o da Itália e em 1913, o dos Estados Unidos. A Conferência de Bruxelas na década de 1920 incentivou os países a criarem Bancos Centrais. Entre 1929 e 1952 foram criados 48 Bancos Centrais, dentre os quais a maioria dos latino-americanos. Na década de 60 quase todos os países possuíam Banco Central, o Brasil era uma das raras exceções. Somente em 1964 foi criado o Banco Central do Brasil.

Assim, se aprofundará no estudo, ainda que breve, da sistematização dos bancos no mundo e no Brasil, com o intuito de compreender em seguida a relação dos bancos com a indústria. Com relação à acumulação colonial, à passagem da economia colonial à economia

exportadora capitalista e ao surgimento do capital industrial brasileiro, será utilizada a obra de Mello (1991) *O capitalismo tardio*, que nada mais é do que uma revisão crítica da notável obra *A formação do capitalismo no Brasil* de Celso Furtado.

A lei da queda da taxa de lucro, os ciclos industriais, as ondas longas, as revoluções tecnológicas, entre outros pontos importantes serão abordadas por Eduardo Albuquerque em *A Foice e o Robô: as inovações tecnológicas e a luta operária* e contribuirão para o entendimento sobre a inicialização da inovação tecnológica no país, apontando pontos essenciais como a crise brasileira na década de 1980. Reinaldo Gonçalves também será utilizado na medida em que analisa a interpenetração entre o capital bancário e industrial a partir de 1995 e destaca a importância de se analisar os blocos econômicos.

Saltando para o século XXI, serão apontadas as principais transformações no setor financeiro, em decorrência das inovações tecnológicas e que interferem diretamente na vida em sociedade, quais sejam, *Home Broker*, Tesouro Direto, Fintech e Startup. Dando um destaque para a Fintech, Startup que une tecnologia e finanças.

Pretende-se demonstrar a aproximação entre os bancos, a indústria e as finanças e apontar os reflexos da aliança desses elementos com a tecnologia, que vem produzindo uma série de transformações na organização do trabalho e no funcionamento dos bancos.

Dinheiro e bancos

Inicialmente, como já dito anteriormente por Marx (2011) o dinheiro vem, historicamente, antes da existência do capital, dos bancos e do trabalho assalariado. Contudo, havia lugares muito desenvolvidos, em que apesar de não existir qualquer tipo de dinheiro, havia divisão do trabalho e cooperação.

Marx (2011) entende que dinheiro não nasce por convenção nem sucede com o Estado. O dinheiro nasce da troca e na troca espontânea e, por isso, é um produto dela. *Originalmente*, servirá como dinheiro e mercadoria, ou seja, será trocada não como objeto de necessidade e de consumo, mas para ser permutada novamente por outras mercadorias; logo, a mercadoria poderá ser trocada por outras mercadorias, isto, portanto, representa na organização social a riqueza, que é objeto da oferta e da demanda, que possui um valor de uso particular.

Para Marx (2011) o dinheiro só poderia ser indicado como elemento dominante na Antiguidade em nações determinadas unilateralmente, ou seja, nas nações comerciantes. Ainda na Antiguidade mais cultivada, entre os gregos e os romanos, o pleno desenvolvimento

do dinheiro – pressuposto da sociedade burguesa – aparece apenas durante a sua dissolução. No Império Romano, o fundamento continuou sendo o tributo e o pagamento em espécie, inclusive, no auge de seu desenvolvimento. O sistema monetário nunca se apoderou da totalidade do trabalho, somente se desenvolveu completamente no exército. No período medieval, o próprio capital – não sendo o simples capital dinheiro - utilizado como ferramenta manual tradicional, tinha o caráter de propriedade fundiária. Na sociedade burguesa, acontecia o contrário, agricultura modificava um ramo da indústria e era inteiramente dominada pelo capital. O mesmo acontece com a renda da terra. Em todas as formas em que domina a propriedade da terra ainda é preponderante. Naquelas em que o capital é dominado, prevalece o elemento social, historicamente criado. Não se pode compreender a renda da terra sem capital. O capital, contudo, é perfeitamente compreensível sem a renda da terra (MARX, 2011). Segundo Marx (2011, p.87) “O capital é a potência econômica da sociedade burguesa que tudo domina”.

Em se tratando do surgimento dos Bancos Centrais, como já citado anteriormente, tem-se o primeiro deles na Inglaterra. A tese de Vera Smith apud Corazza (2009) é a de os primeiros Bancos Centrais surgiram, em virtude de razões políticas, conectadas com as necessidades das finanças do Estado, sem que se tenha dado ou podido dar alguma razão econômica, para permitir ou não a livre entrada no negócio da emissão de notas. Indo além, foi imposto de fora ou veio à existência como resultado de favores governamentais. Corazza (2009) discorda do referido posicionamento, pois acredita que o motivo principal de criação dos bancos não foram as necessidades do Tesouro, mas a necessidade da unificação monetária e as crises financeiras. O Banco Central surge pelas forças do mercado, mas teve interferência estatal.

Marx faz alguns questionamentos sobre a introdução dos bancos, quais sejam:

A introdução dos bancos atuais não revolucionou a seu tempo as condições de produção? Sem a concentração de crédito que suscitou, sem as rendas do Estado que criou em antítese à renda da terra e, desse modo, as finanças em antítese à propriedade fundiária, o ‘interesse do dinheiro’ em antítese ao interesse da terra, sem este novo instituto da circulação, teria sido possível a grande indústria moderna, as sociedades por ações etc., as mil formas de papéis de circulação que são tanto produtos do comércio e da indústria modernos como suas condições de produção? (MARX, 2011, p. 108)

A questão fundamental, que não se relaciona mais com o ponto de partida. A questão geral seria: as relações de produção existentes e suas correspondentes relações de distribuição podem ser revolucionadas pela mudança no instrumento de circulação – na organização da circulação? (MARX, 2011, p. 110).

Para responder tais questionamentos recorre à ilusão de Darimon, que afirma que o Banco pode regular o crédito por intermédio de seu monopólio. Contudo, Marx (2011) entende que na verdade o poder do banco começa somente onde termina o poder dos “descontadores de títulos” privados, no momento em que o seu próprio poder já está limitado. O Banco da Inglaterra desde a lei de 1844 tornou-se um rival efetivo dos “bancos privados” no negócio do desconto. O Banco da Inglaterra para assegurar uma participação crescente no negócio do desconto durante os períodos de fluidez do mercado de dinheiro foi forçado repetidas vezes a reduzir sua taxa de desconto não apenas à taxa dos ‘banqueiros privados’ como abaixo dela.

No Brasil, o Banco Central teve longo processo de amadurecimento até a sua criação. Em 1694 foi criada a Casa da Moeda, em virtude da necessidade de se encontrar uma instituição financeira que organizasse o sistema monetário do Brasil. Em 1808, quando D. João, desembarcou no Brasil colônia, já havia a ideia de criação de um banco com funções de Banco Central e Banco Comercial. Assim, a criação do Banco do Brasil – BB no mesmo ano tinha o objetivo de suprir essa necessidade (BACEN).

O BB foi organizado com funções de Banco Central misto, exercendo papel de banco de depósitos, desconto e emissão. Era encarregado também de vender produtos privativos da administração e contratos reais. Esse duplo papel exercido pelo Banco do Brasil era colocado como um dos fatores que explica a longa demora até a criação de um Banco Central propriamente dito no país. Os anos mostraram ao Brasil que era necessário possuir um sistema que fosse capaz de acompanhar as transformações econômicas que eram presenciadas no mundo (BACEN).

Contudo, até 1945 não existia nenhuma organização institucional para o controle da oferta de moeda, todas as funções da autoridade monetária eram desenvolvidas pelo Banco do Brasil. Nesse mesmo ano, o governo do presidente Vargas cria por meio do Decreto n. 7.293, a Superintendência da Moeda e do Crédito - Sumoc, que recebeu funções imediatas de exercer controle sobre o mercado financeiro e de combater a inflação que assolava o país, bem como, preparar o cenário para a criação de um Banco Central (BACEN).

O BB desempenhava funções de banco do governo, tendo em vista que controlava as operações de comércio exterior, o recebimento dos depósitos compulsórios e voluntários dos bancos comerciais e a execução de operações de câmbio em nome de empresas públicas e do Tesouro Nacional, conforme as normas estabelecidas pela Sumoc e pelo Banco de Crédito Agrícola, Comercial e Industrial. Em dezembro de 1964, pela Lei n. 4.595 é criado o Banco Central do Brasil, autarquia federal integrante do Sistema Financeiro Nacional – SFN. O

Banco Central iniciou suas atividades em março de 1965 (BACEN).

Após a delimitação da origem dos bancos centrais, do dinheiro e do Banco Central do Brasil, cabe prosseguir para a análise do mercado a nível mundial. O *mercado*, inicialmente, aparece na Economia como determinação abstrata e passa a assumir configurações totais. No início como o *mercado de dinheiro*, engloba o mercado de câmbio, de empréstimos em geral e o comércio de dinheiro, mercado de metais preciosos. No que se refere ao *mercado de empréstimos de dinheiro*, aparece nos bancos – no desconto que efetuam como mercado de empréstimos - e como mercado de todos os *títulos portadores de juros*: fundos de Estado e mercado de ações¹ (MARX, 2011).

Marx expõe, ainda, que o mercado, em linhas gerais, se decompõe em mercado interno e mercado externo. O mercado interno subdivide-se em ‘mercado de ações nacionais’, fundos nacionais etc., e mercado de fundos estrangeiros, ações estrangeiras e etc. O respectivo desenvolvimento faz parte, realmente, do mercado mundial, que não é somente o mercado interno na relação com todos os mercados estrangeiros existentes fora dele, porém é simultaneamente o mercado interno de todos os mercados estrangeiros como partes integrantes do mercado nacional (MARX, 2011).

Quanto à *concentração do mercado de dinheiro*, informou que acontecia em um centro principal no interior de um país, ao passo que os demais mercados se distribuíam em conformidade com a divisão do trabalho; embora houvesse grande concentração na capital quando a mesma era porto de exportação – os mercados distintos do dinheiro eram diferentes assim como, os diferentes produtos e ramos de produção e constituíam igualmente outros mercados distintos (MARX, 2011).

Acumulação de capital no mundo

Anteriormente, viu-se como dinheiro é transformado em capital, por meio do capital é produzido mais-valor e do mais-valor obtém-se mais capital. A acumulação do capital pressupõe o mais-valor, que por sua vez, a produção capitalista e esta, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos dos produtores de mercadorias. O movimento descrito parece girar em um círculo vicioso, do qual somente podemos escapar se supormos que exista uma acumulação “primitiva”, prévia à acumulação

¹ Estas se dividem em ações dos próprios *institutos monetários*; ações de bancos; ações de bancos de capital aberto; *ações dos meios de comunicação – estradas de ferro*; ações de *canais*; ações de navegação à vapor, ações de telégrafos, ações de ônibus; ações de empresas industriais em geral e as ações de empresas de mineração, as principais (MARX, 2011, p. 346).

capitalista, uma acumulação que é o ponto de partida do modo de produção capitalista (MARX, 2013).

A acumulação primitiva foi analisada por Marx (2013) com base na anedota de Adão, que mordeu a maçã e, com isso, o pecado se abateu sobre os homens. Em se tratando da economia, do pecado original resulta a pobreza da grande massa, que apesar de todo o trabalho continua a não possuir nada para vender além de sua força de trabalho e a riqueza dos poucos, cresce continuamente, embora não trabalhem.

Segundo Bottomore (2012), a acumulação se faz por meio da transformação das relações de produção para que o trabalho assalariado seja criado, ao passo que os métodos de produção continuam os mesmos. Face os métodos de produção pouco desenvolvidos, herdados das sociedades pré-capitalistas, a acumulação faz-se necessária para assegurar a expansão da força de trabalho.

Marx (2013) mostra que à produção capitalista não bastava à quantidade de força de trabalho disponível fornecida pelo crescimento natural da população. Para assegurar sua liberdade de ação, a referida produção necessitava de um exército industrial de reserva independente da barreira natural. Apontou também que todo capitalista possuía interesse em absorver uma determinada quantidade de trabalho de um número menor de trabalhadores, em vez de extraí-la por um preço igual ou mais barato de um número maior de trabalhadores.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista e da força produtiva do trabalho é ao mesmo tempo causa e efeito da acumulação, uma vez que capacita o capitalista a movimentar, com o mesmo dispêndio de capital variável, mais trabalho mediante maior exploração intensiva ou extensiva das forças de trabalho individuais. Com o capital do mesmo valor compra-se mais forças de trabalho ao substituir de maneira progressiva trabalhadores mais qualificados por menos qualificados, maduros por imaturos, masculinos por femininos ou adultos por adolescentes ou infantis (MARX, 2013).

Outro ponto importante refere-se à produção da superpopulação relativa, que de acordo com Marx (2013) avançou com maior rapidez do que a revolução técnica do processo de produção – já acelerada em virtude da acumulação - e a redução da parte variável do capital em relação à parte considerada constante. Com o crescimento da eficiência e do volume dos meios de produção, eles acabavam sendo ocupados por menos trabalhadores.

Além disso, com o crescimento da força produtiva de trabalho, o capital eleva mais rapidamente a oferta de trabalho do que a demanda de trabalhadores. Assim, o sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora aumenta as fileiras de sua reserva ao mesmo tempo em que causa concorrência, forçando aos que estão empregados um trabalho

maior e a submissão aos ditames do capital. Diante da condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada em razão do sobretrabalho da outra parte, e vice-versa, torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual e acelera a produção de um exército industrial de reserva correspondente ao grau de progresso da acumulação social (MARX, 2013).

Para Marx (2013), a acumulação de capital aumenta a demanda de trabalho e a “liberação” de capital aumenta a oferta de trabalhadores, ao mesmo tempo em que a pressão dos desocupados obriga os ocupados a trabalhar mais, o que faz com que a oferta de trabalho seja independente da oferta de trabalhadores. Assim, o movimento da lei da demanda e oferta de trabalho completa o despotismo do capital.

Para compreender a gênese do capitalista industrial faz-se necessário retomar a acumulação primitiva de capital. Conforme delimitado por Marx (2013), a origem do capitalista industrial não se deu de modo tão gradativo como a do arrendatário. Muitos pequenos mestres corporativos, pequenos artesãos independentes ou trabalhadores assalariados, transformaram-se em pequenos capitalistas por intermédio da exploração paulatina do trabalho assalariado e da correspondente acumulação. Contudo, a lentidão desse método não correspondia às necessidades comerciais do novo mercado mundial, que foi criado pelas grandes descobertas do final do século XV. A Idade Média já havia legado duas formas distintas de capital, que amadureceram em diversas formações socioeconômicas e, antes do modo de produção capitalista, já eram tidas como capital, sendo elas: o capital usurário e o capital comercial.

O regime feudal no campo e a constituição corporativa nas cidades impediram o capital monetário, que era constituído por usura e comércio de se converter em capital industrial. As respectivas barreiras caíram com a dissolução dos séculos feudais e com a expropriação e a parcial expulsão da população rural. A nova manufatura se instalou nos portos marítimos exportadores ou em partes do campo que não eram sujeitas ao controle do velho regime urbano e constituição corporativa. Assim, na Inglaterra aconteceu amarga luta das *corporate towns* contra as novas incubadoras industriais (MARX, 2013).

Marx (2013) apontou processos idílicos que constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva, quais sejam: a descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e o saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Seguindo a tais acontecimentos, tem-se a guerra comercial entre as nações

europeias, como o levante dos Países Baixos contra a dominação espanhola, guerra do ópio contra a China, etc.

Indo além, Marx (2013) indicou os diferentes momentos da acumulação primitiva que se repartiram numa sequência mais ou menos cronológica, principalmente, entre Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, final do século XVII, tais momentos foram combinados de modo sistêmico, dando origem ao sistema colonial, ao sistema da dívida pública, ao moderno sistema tributário e ao sistema protecionista.

Para o autor, o sistema colonial amadureceu o comércio e a navegação como plantas num hibernáculo. As “sociedades *Monopolia*” (Lutero) foram alavancas poderosas da concentração de capital, tendo em vista que as colônias garantiam às manufaturas em ascensão um mercado de escoamento e uma acumulação potenciada pelo monopólio do mercado. Dessa forma, os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíam à metrópole e lá se transformavam em capital (MARX, 2013).

Na época em que escreveu *O Capital*, Karl Marx (2013) entendia que a supremacia industrial trazia consigo a supremacia comercial. Contudo, no período manufatureiro propriamente dito, era a supremacia comercial que gerava o predomínio industrial. O sistema colonial desempenhava papel preponderante na referida época. Tal sistema proclamava a produção de mais-valor como finalidade última e única da humanidade.

Segundo Marx (2013), o sistema de crédito público – das dívidas públicas -, cujas origens são encontradas em Gênova e Veneza já na Idade Média se espalhou pela Europa durante o período manufatureiro. Pode-se dizer, inclusive, que o sistema colonial, com seu comércio marítimo e suas guerras comerciais, serviu de incubadora do sistema de crédito público, consolidando-se primeiramente na Holanda. A dívida pública – alienação do Estado – despótico, constitucional ou republicano – imprime sua marca sobre a era capitalista. A dívida pública é a única parte da riqueza nacional que realmente integra a posse coletiva dos povos modernos.

Marx (2013) acreditava que a dívida pública havia se tornado uma das alavancas mais poderosas da acumulação primitiva. Dessa forma

Como com um toque de varinha mágica ela infunde força criadora no dinheiro improdutivo e o transforma, assim, em capital, sem que, para isso, tenha necessidade de se expor aos esforços e riscos inseparáveis da aplicação industrial e mesma usurária. Na realidade, os credores do Estado não dão nada, pois a soma emprestada se converte em títulos da dívida, facilmente transferíveis, que, em suas mãos, continuam a funcionar como se fossem a

mesma soma de dinheiro vivo. Porém, ainda sem levarmos em conta a classe de rentistas ociosos assim criada e a riqueza improvisada dos financistas que desempenham o papel de intermediários entre o governo e a nação, e abstraindo também a classe dos coletores de impostos, comerciantes e fabricantes privados, aos quais uma boa parcela de cada empréstimo estatal serve como um capital caído do céu, a dívida pública impulsionou as sociedades por ações, o comércio com papéis negociáveis de todo tipo, a agiotagem, numa palavra: o jogo da Bolsa e a moderna bancocracia (MARX, 2013, p. 1003).

Marx (2013) dizia que desde o nascimento dos grandes bancos, condecorados com títulos nacionais eram sociedades de especuladores privados, que se colocavam sob a guarda dos governos e em virtude dos privilégios recebidos tinham condição de emprestar-lhes dinheiro. A acumulação da dívida pública não possuía indicador mais infalível do que a alta sucessiva das ações desses bancos, que tiveram desenvolvimento pleno desde a fundação do Banco da Inglaterra em 1694.

O autor afirmou que o respectivo banco começou emprestando seu dinheiro ao governo a um juro de 8%, ao mesmo tempo em que o Parlamento o autorizava “a cunhar dinheiro com o mesmo capital”, voltando a emprestá-lo sob a forma de notas bancárias. Com as referidas notas, ele podia descontar letras, conceder empréstimos sobre mercadorias e adquirir metais preciosos. Pouco tempo depois, esse dinheiro de crédito, que era fabricado pelo próprio banco se converteu na moeda com a qual o Banco da Inglaterra tomava empréstimos ao Estado e, por conta deste, paga os juros da dívida pública (MARX, 2013).

Marx mostrou como era a atuação dos bancos e sua ligação com o Estado naquela época de acumulação primitiva de capital. Pode-se depreender das exposições do cientista político que o banco ao atuar como “credor perpétuo da nação” foi ganhando cada vez mais poder e se tornando cada vez mais necessário, por ser o “receptáculo imprescindível” dos tesouros metálicos e a referência para todo o crédito comercial. Outro ponto abordado pelo autor foi o enforcamento dos falsificadores de notas bancárias. Sem contar que nos escritos da respectiva época pode-se observar os efeitos que o aparecimento dos bancocratas, financistas, rentistas, corretores, *stockjobbers* e leões da Bolsa produziram nos contemporâneos.

As dívidas públicas também ocasionaram no surgimento de um sistema internacional de crédito, que para Marx (2013), encobria uma das fontes de acumulação primitiva neste ou naquele povo. Foi apontado por ele, inclusive, que as perversidades do sistema veneziano de rapina constituíam um dos fundamentos ocultos da riqueza de capitais da Holanda, à qual a Veneza – decadente – havia emprestado grandes somas em dinheiro. A mesma situação aconteceu entre a Holanda e a Inglaterra, tendo em vista que no início do

século XVIII, as manufaturas holandesas estavam ultrapassadas e o país havia deixado de ser a nação comercial e industrial dominante.

Acumulação de capital no Brasil

Inicialmente, cabe informar que de acordo com Mello (1991), a Revolução Industrial, com sua fome de mercados promoveu a crise das “economias pré-capitalistas milenares” relativamente complexas. Para explicar a afirmação utilizou Marx e Engels, *Sobre el Colonialismo*, que mostraram que a Inglaterra começou a desalojar os tecidos de algodão dos mercados europeus e acabou invadindo a pátria do algodão com tecidos de algodão. Indo além, de acordo com os autores, o valor e a ciência britânicas destruíram a união entre a agricultura e a indústria artesanal.

Mello (1991) afirma que na América Latina o capitalismo industrial traz o início da crise das economias coloniais, não destrói o trabalho compulsório, mas se estimula a ruptura do Pacto Colonial e a constituição dos Estados Nacionais. Outrossim, em virtude da entrada dos produtos industriais ingleses tem-se a decisão nacional de transformar o trabalho compulsório em trabalho livre.

O autor também partiu do pressuposto de que havia fraco “poder de difusão” do capitalismo exercido sobre as nações latino-americanas e de que isso era decorrente das dificuldades internas de organização de economias exportadoras vigorosas. No Brasil, foi possível, em certo ponto, criar a própria demanda e as importações de capitais desempenharam um papel crucial na passagem da economia colonial à economia exportadora capitalista. O respectivo poder de difusão da Revolução Industrial ao início da Grande Depressão se manteve restrito devido às suas próprias limitações, tendo em vista que apenas na Inglaterra havia atingido um estágio avançado.

O início da crise da economia colonial no Brasil teve relação com a queda do “exclusivo metropolitano” e a formação do Estado Nacional. Para explicar a respectiva crise Mello (1991) se ateve ao fato de que o processo de produção em qualquer economia mercantil escravista tem início com a existência de um “quantum” de capital-dinheiro que se transforma em terras, meios de produção e escravos, os quais, combinados, de certo modo, se transformam em mercadorias, que ao serem realizadas, assumem novamente a forma de capital-dinheiro, agora acrescido de lucro. Além disso, Melo apontou que a economia mercantil-escravista cafeeira nacional era obra do capital mercantil nacional, que se viera formando, nos poros da colônia, mas ganhou impulso com a queda do monopólio de comércio

metropolitano e com o surgimento de um sistema monetário nacional embrionário, decorrente da vinda da Família Real, que foi considerado um passo decisivo para a formação do Estado Nacional. Assim, muitas fazendas de café foram organizadas com capitais oriundos do setor mercantil, quais sejam, comércio de mulas, capital usurário urbano e tráfico de escravos.

Mello (1991) esclareceu que o ciclo cafeeiro não resultou, apenas, dos movimentos cíclicos das economias importadoras, mas, inclusive, de fatores atuantes do lado da oferta, do período de maturação do cafeeiro. Concluiu que os preços internacionais não suportariam o peso de fator compensatório à elevação de custos provocada pelo crescimento das despesas de transporte e pela subida de preços de escravos. Mostrou que a tendência à queda da taxa de lucros da economia mercantil-escravista cafeeira não poderia, portanto, ser contrabalançada pelo crescimento dos preços – tal fato é a tradução da primazia da acumulação sobre a realização.

Destaca-se que a economia nacional era dominada pelo capital mercantil que em virtude da ação do comissário alcançou seu auge em 1850 após ser compartilhada pelos grandes “bancos cafeeiros” que começaram a se formar naquela época. A dependência era constitutiva à economia cafeeira, que se repôs alimentada por investimentos vultuosos e com prazo de maturação bastante longo para a formação do cafezal e pela estrutura de comercialização e financiamento por conta do maciço investimentos inicial, revelava-se concentrada, ao contrário da estrutura de oferta de café. O fazendeiro encontrava-se preso à dominação do capital mercantil (MELLO, 1991).

Outro ponto abordado por Mello que merece ser elencado neste artigo foi o questionamento se a grande indústria escravista surgiria de modo a reativar a economia mercantil-escravista nacional. Para que isso ocorresse, os custos da indústria escravista não deveriam ser superiores aos da indústria capitalista. No entanto, a taxa de lucro da indústria escravista seria muito inferior, uma vez que o pagamento da força de trabalho era adiantado quando houvesse escravos e a remuneração do trabalho assalariado é realizada após o seu consumo no processo de produção. A rotação do capital variável era mais rápida do que a do capital fixo representado pelo escravo, que se desenvolve por toda sua “vida útil”.

Com base na análise feita por Mello percebe-se que o trabalho escravo era visto como um entrave ao desenvolvimento da indústria, tendo em vista que a própria escravidão impedia a especialização do escravo, pois era necessário que ele se mantivesse na condição de exploração pela coação. Dessa forma, a utilização da mão de obra assalariada ainda que utilizasse a mesma técnica teria uma produtividade maior. Observa-se então, que a própria abolição da escravidão teve um viés capitalista.

Para Mello (1991) a industrialização na América Latina se deu sob a dominação do capital. Foi uma industrialização específica que esteve determinada por economias exportadoras capitalistas nacionais e pelo momento, em que o capitalismo monopolista se tornou dominante em escala mundial, ou seja, quando a economia mundial capitalista já se encontrava constituída.

De acordo com Mello (1991) a economia cafeeira capitalista criou condições básicas ao nascimento do capital industrial e da grande indústria ao gerar uma massa de capital monetário, que estava concentrada nas mãos de determinada classe social capaz de transformá-la em capital produtivo industrial; de transformar a própria força de trabalho em mercadoria e de promover a criação de um mercado interno de proporções consideráveis.

Em se tratando das ondas longas da taxa de lucro e dos ciclos industriais para explicar o contexto das inovações tecnológicas, cabe informar que no Brasil a situação foi diferente, uma vez que ele não fez parte dos países que determinaram a dinâmica mundial (ALBUQUERQUE, 1990). Por não participar desse conjunto, as forças motrizes do progresso técnico atuaram no Brasil de forma específica.

Conforme exposto por Albuquerque (1990), a causa central da especificidade do processo de acumulação dos países “subdesenvolvidos” é o seu passado colonial, tendo em vista que esses países financiaram o processo de “acumulação primitiva” dos países centrais. Como fora apontado, a dilapidação de recursos nacionais deixou marcas históricas nos países dependentes.

Paralelamente a dilapidação foi delimitado ainda por Albuquerque (1990), um contraste decorrente do atraso do desenvolvimento capitalista nacional e a situação internacional, em que os recursos existentes no país conheciam alternativas de aplicação externas, o que contribuía para retardar a existência de condições nacionais para o processo de acumulação capitalista. Um problema para a acumulação de capital era a dificuldade para ser alcançado um montante de capitais mínimo que viabilizasse a realização de investimentos produtivos. Portanto, a incipiência e a insuficiência de capitais era então uma decorrência da situação de espoliação nacional e de dependência econômica. Salienta-se que o controle direto ou até mesmo o indireto da economia nacional pelas potências imperialista impunha restrições à superação desta incipiência.

Albuquerque (1990) indica os elementos centrais para compreender o processo de acumulação de capital nos países dependentes, quais sejam, a subordinação desse processo a uma dinâmica exógena, que impõe uma determinada divisão internacional do trabalho e define a inserção das economias nacionais e a limitação do referido processo, em virtude da

dificuldade de superação das debilidades da capacidade nacional de financiamento, no longo prazo, do desenvolvimento econômico e industrial.

Albuquerque (1990) ao tratar das ondas longas nos países dependentes mostrou que o capitalismo começou a se desenvolver a partir do surgimento do mercado mundial. A estrutura do mercado mundial vai se tornando cada vez mais complexa com a sofisticação da divisão de trabalho, papéis diferentes vão sendo atribuídos aos países coloniais, aos países dependentes. O próprio subconjunto dos países dependentes se torna diferenciado.

As “ondas longas têm em sua detonação” a ocorrência de revoluções tecnológicas que instituem o patamar tecnológico internacional de cada etapa. O referido patamar é diferente em cada onda e possui relações diferentes com os países dependentes. Com a exportação de capitais abriu-se a possibilidade do capital imperialista controlar diretamente o processo de acumulação em países que começavam a se industrializar. O afluxo de capitais aos países atrasados permitirá um impulso ao seu desenvolvimento capitalista e possibilitará consequências sobre os países avançados, como o aumento de exportações de mercadorias (ALBUQUERQUE, 1990).

Albuquerque (1990) também faz menção aos países dependentes como uma unidade mais diversificada, uma vez que já existiram países com uma razoável industrialização – como a Argentina -, países em processo de maturação das condições de um processo de industrialização acelerada – o Brasil pós – 30 -, outros continuando especializados na exportação de matéria-prima – Bolívia – e outros reduzidos a um estatuto colonial – em vastas regiões da África.

A diversificação dos países dependentes será maior na quarta onda longa, que se iniciou na II Guerra. Nesse momento a internacionalização da economia atinge o seu grau mais elevado da história do capitalismo, já que a própria célula organizativa da economia é a empresa multinacional, transnacional, em que as unidades de produção são distribuídas em diversos países. Salientou que “se a célula já é internacionalizada, o que dizer das demais componentes do sistema: a presente mundialização das finanças é uma demonstração viva disto” (ALBUQUERQUE, 1990, p.108).

Assim, nesta época há interesse dos países centrais na industrialização dos países dependentes. Com a grande expansão das empresas multinacionais no pós-guerra surgiu uma nova tendência na internacionalização do capital, que se manifestou na substituição parcial de capitais de empréstimo pelos investimentos diretos e um deslocamento adicional da exploração, que era praticamente exclusiva de matérias-primas no início do século para um espectro produtivo mais diversificado, em que crescia a importância das indústrias

manufatureiras, em especial, as de bens de consumo duráveis e de capital (ALBUQUERQUE, 1990).

Pode-se dizer que as empresas multinacionais estavam se instalando em inúmeros países e articulando a sua produção dividindo funções entre as matrizes e suas filiais. Tal atitude estimulava a dinâmica de desenvolvimento de outras empresas que lhes davam suporte e forçavam o desenvolvimento da infraestrutura econômica. Assim, ocorria uma alteração na divisão internacional do trabalho, que fazia com que os países desenvolvidos deslocassem modalidades técnicas de fabricação e os equipamentos já superados pela mudança tecnológica para os países em via de desenvolvimento. Isso ocorria com o intuito de fugir de legislações rigorosas em termos de controle ambiental, pois havia países “atrasados” que possuíam uma legislação pouco rigorosa sobre o tema (ALBUQUERQUE, 1990).

Cabe destacar, inclusive, que segundo Albuquerque (1990) não havia garantia de que os países atrasados conseguissem conhecimento para aplicar a ciência e a tecnologia aos problemas da miséria degradante. Dessa forma, o que resulta desse problema é uma divisão internacional do trabalho mais complexa, em que a distância entre as extremidades da respectiva divisão permite um desenvolvimento mais amplo de situações intermediárias. Há um consenso sobre a desigualdade entre as instituições. Com as crises eram identificados “sucateamentos” de indústrias no terceiro mundo.

Portanto, compreende-se a partir da obra de Albuquerque que o atraso tecnológico permanente nos países dependentes é decorrente do avanço tecnológico nos países capitalistas avançados e dos limites estruturais da acumulação dependente, que acabam impedindo o desenvolvimento do progresso técnico nos países considerados “atrasados”. Além disso, o progresso tecnológico conforme citado pelo autor é realizado com o conhecimento científico, que por sua vez, possui maior investimento nos países centrais.

Saltando para a crise brasileira dos anos 1980, Albuquerque (1990), delimitou que a mesma não era superficial nem passageira. Tratava-se de uma crise que expressava o esgotamento do modelo econômico baseado no padrão de financiamento de capital estrangeiro, na intervenção do Estado para subsidiar o lucro privado – direta ou indiretamente – e no papel secundário do capital privado nacional. A referida crise deteriorará o já precário quadro social do país.

Houve queda dos investimentos e isso ocasionou a retração dos índices de crescimento econômico durante a década. A queda dos investimentos estava relacionada com a crise do padrão de acumulação “clássico” da economia brasileira. É por intermédio do peso da dívida externa sobre a economia nacional que se observará as repercussões da crise que

ocorre sobre os países imperialistas (ALBUQUERQUE, 1990).

Gonçalves (1999) ao tratar do capital, financeiro e industrial tem como questão central o processo de centralização e concentração do capital que gera o capitalismo monopolista. O autor enfoca ainda as estruturas de mercado que são cada vez mais marcadas por trustes e por cartéis controlados por grandes grupos econômicos e, dependendo do processo histórico por financistas. Indicando que tais processos geram implicações diversas, principalmente, no que se refere à expansão do capitalismo em escala mundial. Assim, as respectivas implicações motivaram debates sobre o imperialismo envolvendo Lenin, Bukharin e Rosa Luxemburgo.

Gonçalves (1999) apontou ainda para o poder dos bancos na virada do século XX para o século XXI, em virtude da globalização e da volatilidade do sistema financeiro internacional. O respectivo poder independe da existência do capital financeiro, na medida em que estava associado à capacidade dos bancos de afetar os mercados monetários e cambiais em escala global.

Gonçalves (1999) argumentou que a preocupação com a distinção entre capital financeiro e industrial corre o risco de minimizar a importância do poder econômico e político existente nos grupos econômicos, uma vez que independentemente do predomínio de um ou outro tipo de capital, o poder econômico reside no grupo econômico. Assim, o autor aponta para a necessidade de se focar a análise para os grandes grupos econômicos.

Segundo Gonçalves (1999), há certo reducionismo em identificar o “financeiro” com o capital bancário e o “produtivo” com o capital industrial, tendo em vista que com o avanço do processo de financeirização, os grandes grupos econômicos de origem industrial desenvolvem “braços” financeiros mais poderosos, que tornam-se, em alguns casos, ainda maiores do que a atividade industrial. Abordou, inclusive, que parte das empresas transnacionais como a General Electric e a General Motors têm suas próprias instituições financeiras, que são poderosas em termos de mobilização internacional de capitais. Para ele, o mesmo acontece, em menor grau, com grupos industriais brasileiros como a Votorantim.

Gonçalves (1999) concluiu que os grandes grupos econômicos com fontes internas de recursos seriam a “locomotiva” do processo de acumulação de capital em um projeto nacional-desenvolvimentista. Argumentou também que deve existir forte regulação dos grandes grupos econômicos, uma vez que o dinamismo econômico, a estabilidade política e o progresso social no Brasil dependem da distribuição de poder, de riqueza e de renda, que represente um rompimento para as elites econômicas do país.

As Inovações Tecnológicas e o setor financeiro

Avançando para o século XXI, não é novidade que as inovações tecnológicas provocaram, têm provocado e provocarão cada vez mais transformações na forma de comunicação entre as pessoas e no modo em que as mesmas adquirem produtos ou serviços. A interferência da tecnologia na vida das pessoas alcançou o setor financeiro e ocasionou uma interação entre o presencial e o digital. Conforme citado na introdução deste artigo, tem-se alguns exemplos dessas mudanças, quais sejam, *Home Broker*, Tesouro Direto, Fintech e Startup, conforme citado na introdução deste trabalho.

Brevemente pode-se dizer que o *Home Broker* é uma plataforma que serve como ponte entre a Bolsa de Valores e as pessoas que querem comprar e vender ações. Argumentaram que a tecnologia veio com o intuito de proporcionar agilidade e descomplicar o processo de compra e venda de ações, já que o mesmo passa a ser feito pelo investidor de sua própria casa. Basta ter um computador com internet (INEZ, 2018).

Em 2002, o Tesouro Nacional e a BM&FBOVESPA criaram o Tesouro Direto com o objetivo de tornar mais fácil e mais simples o acesso aos títulos públicos federais, permitindo a aplicação direta por qualquer pessoa física a partir de R\$ 30,00. Antes do Tesouro Direto, o investimento em títulos públicos por pessoas físicas era possível apenas de forma indireta, como por fundos de investimento. Por intermédio do Tesouro Direto, a pessoa física empresta recursos ao país e recebe uma remuneração por isso (BM&FBOVESPA).

Conforme exposto por Inez (2018) em *Organizze*, as evoluções tecnológicas que aconteceram na Bolsa, no Tesouro Direto e em tantas outras partes do mercado financeiro acabaram contribuindo para mudanças um pouco maiores na vida de muitas pessoas. Fora demonstrado na respectiva página virtual a facilidade de fazer operações na Bolsa de Valores de qualquer lugar, que atraiu a atenção para uma nova forma de viver e trabalhar, o chamado estilo de vida *Trader*².

Na reportagem do referido *site* são evidenciados os benefícios desse novo estilo de vida. Contudo, percebe-se que essa nova forma de viver e trabalhar provocará um distanciamento maior entre as pessoas, já que não será preciso sair de casa para realizar a atividade. Sem contar a exploração do trabalhador, que fica iludido por uma suposta

² Trader é um indivíduo que consegue viver exclusivamente de seus rendimentos na Bolsa. Ele faz seus horários e trabalha onde quiser. Não é preciso ter nenhuma formação, apenas um bom conhecimento sobre economia e mercado financeiro. INEZ, A. C. Como a tecnologia está revolucionando as finanças?. *Organizze*. Disponível em: < <https://financaspessoais.organizze.com.br/como-a-tecnologia-esta-revolucionando-as-financas/>>. Acesso em: 10 maio de 2018.

flexibilidade e não percebe que está sendo explorado. O homem é um ser social, vive em comunidade e o que se tem percebido é o isolamento cada vez maior provocado pela “modernidade” e pela “evolução” e uma perda da qualidade de vida.

Outro ponto que merece destaque são as Startups, fenômeno organizacional recente. Conforme exposto por Falcão (2017) esse fenômeno econômico teve origem na segunda metade do Século XX nos EUA, mais precisamente, no Vale do Silício, na Califórnia – no epicentro do mercado contemporâneo de *venture capital* -, no pós Segunda Grande Guerra. O *venture capital* está relacionado ao investimento e a participação societária em Startups. Através da aquisição de valores mobiliários – ações, debênture conversíveis, bônus de subscrição -, com a finalidade de obter ganhos expressivos de capital no médio prazo, qual seja, de cinco a sete anos. As Startups foram criadas para compartilhar os riscos do negócio, selando uma união de esforços entre empreendedores e investidores para agregar valor à empresa investida.

Segundo Falcão (2017), as respectivas Startups pretendem crescer rápido e se transformarem em grandes companhias através do *venture capital*, que possibilita oportunidades para financiar o seu crescimento, com o apoio para a criação de estruturas de governança, lucratividade e sustentabilidade futura do negócio.

Pode-se dizer que enquanto mecanismo de financiamento entende-se que o *venture capital* existe desde os primeiros dias da atividade comercial. Além disso, é considerado o instrumento fundamental no desenvolvimento de mercados de capitais e economias emergentes e tem se destacado no Brasil (FALCÃO, 2017).

Startup Brasil³ é uma iniciativa de fomento às Startups brasileiras e as conceitua como “empresas que tenham até quatro anos de constituição e desenvolvam produtos ou serviços inovadores usando ferramentas de software, hardware e serviços de TI como parte da solução proposta”.

Para Falcão (2017), a Startup não é considerada um instituto jurídico embora seja facilmente confundida como sendo uma Micro ou Pequena Empresa (MPE). Contudo, é errado dizer que ela é uma MPE, uma vez que ela, pode ou não, ao longo de sua história ter a forma de uma MPE. Caso a Startup atinja seus objetivos de longo prazo, crescerá e provavelmente terá que se transformar em uma Sociedade Anônima (S/A). Em alguns casos, já nasce constituída como uma S/A, pois dependendo do plano de negócios e investimentos necessita deter garantias robustas para receber investimentos, pagar corretamente seus

³ <http://www.startupbrasil.org.br>

impostos, ter boa governança e prestar contas de forma transparente – mesmo antes de faturar ou gerar qualquer tipo de receita.

Com relação às Startups que buscam fazer inovações nos setores financeiros tem-se as Fintechs. O termo Fintech vem da junção de finanças com tecnologia e foi originado de um programa de aceleração de Startups capitaneado pela Accenture, em parceria com a Prefeitura de Nova York, que se chama Fintech. Com o tempo, o termo passou a designar o segmento de Startups que criam inovações na área de serviços financeiros, baseados em processos tecnológicos (FINNOVATION, 2015).

O Banco de Portugal organizou no dia 04 de outubro de 2016 um “Workshop com on Digital Banking and Fintech: Challenges and Threats for the Banking System”, com o intuito de refletir sobre o fenômeno das Fintech e antecipar o seu impacto no sistema bancário. O workshop contou com a participação de um conjunto de oradores de reconhecida reputação internacional e possibilitou uma audiência composta por intervenientes no processo em Portugal (BPORTUGAL).

Os bancos europeus enfrentam grandes desafios, em virtude dos efeitos da crise financeira iniciada em 2008, potenciados por uma união monetária com um quadro institucional ainda incompleto. A atividade do sistema bancário conta com uma série de restrições, quais sejam, as consequências da desaceleração econômica sobre o volume de negócios e o crédito em incumprimento, os efeitos de taxas de juros muito baixas, entre outros. Somado a estas situações, tem-se os efeitos das alterações tecnológicas em curso e que serão acentuadas, podem ser um novo desafio, mas uma oportunidade para o setor bancário (BPORTUGAL).

Homebanking e as Fintechs têm características comuns. Os dois fenômenos são considerados choques tecnológicos que podem mudar definitivamente a arquitetura do sistema bancário em todo o mundo. O primeiro deles já está alterando a relação entre os bancos e clientes, cada vez menos pessoas se dirigem às agências. Fenômeno este, que será reforçado com o advento das novas tecnologias. Dessa forma, não é surpreendente que exista uma diminuição de colaboradores nos bancos. No conjunto de países da União Europeia (UE) verificou-se uma redução de cerca de 40 mil agências nos últimos cinco anos (BPORTUGAL).

Assim, as consequências de um novo modelo de negócio dos bancos nas estruturas tecnológicas, de rentabilidade e de risco colocam também grandes desafios às autoridades. Sem contar a necessidade de uma resposta multidisciplinar dos Bancos Centrais, atendendo às suas implicações tanto a nível econômico quanto aos níveis tecnológico e

regulamentar (BPORTUGAL).

Atrelado a esses fatores, tem-se no Brasil a aprovação, no dia 26 de abril de 2018, de Resoluções do Conselho Monetário Nacional, que permitem a atuação de empresas de tecnologia do setor financeiro - Fintechs – a concederem crédito sem precisarem da mediação do banco. Com as novas regras, as Fintechs poderão eliminar um intermediário da cadeia e, assim, reduzir custos. O Banco Central e as empresas do setor acreditam que as Fintechs poderão aumentar a competição na oferta de crédito, o que abrirá a possibilidade de redução das taxas de juros por meio de maior concorrência. A Resolução n. 4.656/2018 cria dois novos tipos de instituições financeiras: as sociedades de empréstimos entre pessoas – nessa modalidade as Fintechs poderão atuar - e as sociedades de crédito direto (FOLHADESÃO PAULO).

O CMN determinou que até 06 de maio de 2019, as instituições financeiras implementem uma política de segurança cibernética, com o objetivo de assegurar que o sistema seja resistente a ataques virtuais – incluindo a proteção contra roubo de dados de clientes.

Conclusão

Objetivou-se com este artigo realizar um estudo com o intuito de verificar a aproximação entre os bancos, a indústria e as finanças, e como esta, ao aliar-se com a tecnologia vem produzindo uma série de transformações na organização do trabalho e na vida em sociedade.

Assim, antes da análise partir do surgimento dos bancos, foi importante delimitar a origem do dinheiro, tendo em vista que o mesmo surgiu antes dos bancos e da acumulação de capital. Logo em seguida compreendeu-se a criação dos Bancos Centrais no mundo, o primeiro deles foi na Inglaterra em 1694. Paralelamente a este fato, tem-se que embora o Brasil tivesse demorado a criar um Banco Central, pode-se dizer que neste mesmo ano foi criada a Casa da Moeda no país, posteriormente em 1808, foi criado o Banco do Brasil, que possuía funções de um Banco Central misto. Apenas em 1964 foi criado o Banco Central do Brasil.

Para entender a ligação entre os bancos e a indústria foi importante discorrer sobre a análise do processo de acumulação primitiva de capital, que esteve relacionado com os monopólios e o colonialismo. Conforme delimitado no artigo o crescimento da indústria dos países capitalistas esteve atrelado à saque, à escravidão, à dilapidação de recursos dos

países colonizados, que acabaram sendo posteriormente considerados atrasados no que se refere à inovações tecnológicas. Contudo, tal fato como fora demonstrado ao longo do artigo é decorrente do processo de colonização e acumulação de capital nos países desenvolvidos, do surgimento da dívida pública e da necessidade de recorrer a empréstimos internacionais com o intuito de saldar a dívida. A referida dependência descrita impediu que houvesse de fato um desenvolvimento na indústria.

Tanto é verdade, que em 1980, o modelo de capitalismo clássico não se sustentava mais no Brasil, nessa época, houve uma crise, que não pôde ter sido considerada rápida e passageira. Outro ponto destacado foram os grupos econômicos, que surgem nesse contexto de financeirização, como uma locomotiva do processo de acumulação de capital. Denotando assim, a necessidade de regulamentação de tais grupos, com intuito de impedir uma dominação de elites econômicas.

Saltou-se para as inovações tecnológicas ocorridas no século XXI, mais precisamente, no que diz respeito às finanças. Brevemente pode-se dizer que tais inovações como fora exposto vêm interferindo na vida dos indivíduos e na organização do trabalho. Surgiu uma nova forma de viver e trabalhar, o chamado estilo Trader, que apesar de estar sem propagado como flexível, é uma nova forma de exploração do trabalhador, que acabará ficando restrito do convívio social – família e amigos.

Dentre as inovações aplicadas às finanças aproximou-se das Fintechs, Startups criadas inicialmente no Vale do Silício na Califórnia e que surgem com a promessa de crescimento rápido, com baixo custo e inovação. Salientou-se a organização de evento em Portugal debatendo como ficará a situação dos bancos europeus no que se refere ao Homebanking e as Fintechs, em que fora apontado que apesar de ser um desafio, pode ser uma oportunidade para o Banco, que vêm enfrentando dificuldades desde a crise hipotecária de 2008 e seus reflexos.

Por fim, indicou-se ainda a aprovação de Resoluções do CMN, que permitem a atuação de empresas de tecnologia no setor financeiro sem a intermediação do banco. Acredita-se que o banco passará por mais transformações, em virtude das inovações tecnológicas, contudo, como fora demonstrado ao longo do artigo o mercado sempre teve um papel preponderante sobre os bancos, esta dominação do mercado continuará agora nas Fintechs. Aponta-se para a necessidade de continuar um estudo mais detalhado sobre o tema, não apenas pela questão de pouco espaço em um artigo, mas para acompanhar o desenvolvimento desse processo e os seus reflexos na economia, no direito e na vida em sociedade.

Referências

ALBUQUERQUE, Eduardo. **A foice e o robô: as inovações tecnológicas e a luta operária**. São Paulo: Página 7 Artes Gráficas, 1990.

BANCOCENTRALDOBRASIL. **História do BC**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/Historia/HistoriaBC/historia_BC.asp>. Acesso em: 02 maio de 2018.

BANCODEPORTUGAL. **Síntese do Workshop on Digital Banking and FinTech: Challenges and Threats for the Banking System**. Disponível em: <<https://www.bportugal.pt/page/sintese-do-workshop-digital-banking-and-fintech-challenges-and-threats-banking-system>>. Acesso em: 02 maio de 2018.

BM&FBOVESPA. **Como investir em Tesouro Direto**. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/como-investir/como-investir-em-tesouro-direto/>. Acesso em: 14 maio de 2018.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

CORAZZA, Gentil. Os Bancos Centrais e sua ambivalência jurídico privada. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, 2001. Disponível em: <<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/385>>. Acesso em: 03 maio de 2018.

FALCÃO, João Pontual de Arruda. **Startup Law Brasil: o direito brasileiro rege mas desconhece as Startups**. 2017. 147f. Dissertação de Mestrado – Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/18186>>. Acesso em: 10 maio de 2018.

FINNOVATION. **O que é Fintech**. 10 set. 2015. Disponível em: <<http://finnovation.com.br/o-que-e-fintech/>>. Acesso em: 15 maio de 2018.

GONÇALVES, Reinaldo. Capital financeiro, bancário e industrial no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, 13, 179-189, dez, 1999. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/5020728_Capital_financeiro_bancario_e_industria_l_no_Brasil>. Acesso em: 01 maio de 2018.

INEZ, Ana Cláudia. Como a tecnologia está revolucionando as finanças? **Organizze**. Disponível em: <<https://financaspessoais.organizze.com.br/como-a-tecnologia-esta-revolucionando-as-financas/>>. Acesso em: 05 maio de 2018.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo tardio** Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PRADO, Maeli.; CARNEIRO, Mariana. Fintechs poderão conceder crédito sem mediação de banco. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 16 abr. 2018. Disponível em: <
<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/04/bc-da-sinal-verde-para-fintech-conceder-credito-sem-intermediacao-de-banco.shtml>>. Acesso em: 05 maio de 2018.